

# PLATÃO

---

COORDENAÇÃO DE  
GABRIELE CORNELLI E RODOLFO LOPES

---

*CoimbraCompanions*

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

# IV

---

## ORDENAÇÃO DOS *DIÁLOGOS*

Rodolfo Lopes

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Uma significativa parte das pesquisas sobre História da Filosofia pressupõe que é metodologicamente aconselhável ordenar a produção textual dos protagonistas do cânone através de um critério cronológico. Por razões ainda não esclarecidas, é de supor um certo nexos de causalidade entre (1) as posições (teóricas, metodológicas, ideológicas etc.) que um determinado filósofo sustentou e (2) as fases ou etapas da sua vida pessoal em que cada uma dessas posições surgiu ou foi surgindo. Nesta medida, a ordem pela qual um determinado filósofo escreveu a sua obra fixa e impõe a ordem pela qual essa mesma obra deve ser lida, estudada, interpretada e, por conseguinte, ensinada. Um exemplo famoso é Wittgenstein, cuja proposta ‘inicial’ do *Tractatus* parece vir a ser abandonada nas *Investigações Filosóficas*, redigidas na fase ‘tardia’.

No caso de Platão, a leitura dominante entre a *scholarship* do último século (sobretudo a partir dos anos 1950) – que, por ter germinado no idioma dominante, é vulgarmente conhecida por *standard view* – segue em sentido análogo à tendência geral, ao tomar como pressuposto necessário a ordenação do *corpus* em grupos de diálogos que reflectem a evolução do pensamento do seu autor. Mas Platão, ao contrário de Wittgenstein, de quem temos apenas duas versões, parece ter ‘evoluído’ de modo menos abrupto, já que tal metamorfose incluía também uma fase intermédia. Refiro-me, obviamente, aos três grupos de diálogos – ‘iniciais’, ‘médios’ e ‘tardios’ –, os quais são quase unanimemente tomados como evidências das três fases da biografia filosófica, que Platão, por razões também ainda não esclarecidas,

terá deixado implícita (ou codificada) nos *Diálogos*. Seja entre aqueles que procuram reconstituir um (suposto) dispositivo unitário de doutrinas, seja entre os que tentam rastrear as etapas de um (igualmente suposto) processo evolutivo que implica o abandono de uma determinada posição por outra<sup>1</sup>, aquela divisão em três grupos de diálogos é considerada consensual pela generalidade dos comentadores. Como bem observa Rowe (2006, 15), tanto o unitarismo quanto o evolucionismo são duas modalidades de uma abordagem metodológica que tende a unificar os *Diálogos*. O facto de ambos pressuporem tal tríplice divisão do *corpus* talvez seja prova, ou pelo menos sintoma, disso mesmo.

### 1.A QUESTÃO DA TAXIS

A questão da *taxis*, isto é, (1) da ordenação dos *Diálogos* e, por conseguinte, (2) da sua ordem de leitura, tendo em conta a já longa história dos estudos platonistas, foi colocada sob quatro perspectivas (apud Poster, 1998, 283): (1) cronologia de composição (i.e., a ordem pela qual os textos foram compostos); (2) cronologia dramática (i.e., a ordem das datas dramáticas em que os *Diálogos* foram encenados); (3) ordenação pedagógica (i.e., a ordem em que os *Diálogos* devem ser ensinados); (4) ordenação teórica ou metafísica (i.e., uma ordem deduzida de uma determinada progressão, como, por exemplo, a passagem do método elêntico para o método dogmático ou uma certa noção de ascensão na hierarquia do ser). Nestas páginas ocupar-nos-emos da primeira, cuja justificação de exclusividade será esclarecida em breve.

Tal questão foi colocada (pelo menos implicitamente) logo no Período Helenístico, tendo em vista um critério meramente biblioteconómico. Segundo as fontes disponíveis (quase exclusivamente D.L. 3.56-62<sup>2</sup>), Aristófanés de

---

1 Para uma explicação detalhada das principais correntes teórico-metodológicas que têm vigorado ao longo da já milenar história da interpretação de Platão, vide o clássico artigo de Press (1996) e a competentíssima síntese, em língua portuguesa, de Santos (2008, 19-39).

2 Para uma análise mais detalhada desta passagem e suas implicações historiográficas, vide Lopes (2013).

Bizâncio, um dos ‘filólogos’ da Biblioteca de Alexandria, terá sido o primeiro a dividir a obra de Platão, a qual distribuiu em cinco trilógicas (contemplando, pois, apenas cerca de metade do *corpus* tradicionalmente considerado). Mais tarde, talvez na época do imperador Tibério, uma misteriosa personagem conhecida por Trasiló terá organizado os *Diálogos* em tetralógicas, que ainda hoje, convencionalmente, é utilizada, por exemplo, pela canónica *Oxford Classical Texts*.

Tendo em conta as quatro categorias elencadas por Poster, podemos afirmar que as duas últimas eram as dominantes entre os primeiros autores que colocaram a questão da *taxis* de leitura; sobretudo durante a Antiguidade Tardia, quando se começaram a formar as primeiras escolas de filosofia (vide Mansfeld, 1994, 1-sqq.). Entre os comentadores antigos, portanto, vigorava o pressuposto, pelo menos implícito, de que a ordenação cronológica era irrelevante para a interpretação de Platão (vide Howland, 1991, 195). A este respeito, é de notar o caso dos (anónimos) *Prolegómenos à Filosofia Platónica*<sup>3</sup>, que dedica o décimo capítulo justamente à questão da *taxis*. O autor não só refere o critério de ordenação cronológica, como também chega a distinguir as duas modalidades mais recorrentes nos estudos platonistas modernos: (1) o tempo de Platão (24.4: ἐκ τοῦ χρόνου τοῦ Πλάτωνος), isto é, a data de composição; (2) o tempo das personagens do diálogo (ibidem: ἐκ τοῦ χρόνου τῶν προσώπων τῶν ἐν τοῖς διαλόγοις), isto é, a data dramática. De seguida elenca alguns exemplos de cada uma, mas prefere uma ordenação temática por esta ser mais adequada para o ensino (26.1-sqq.).

Outro caso que vale a pena notar é o da tradição árabe, que, infelizmente, carece ainda de um estudo sistemático quanto à transmissão dos textos de Platão. Tendo em conta o *status quaestionis* actual (vide Gutas, 2012, 848-862), os *Diálogos* circulariam em três esquemas diferentes de classificação. Um deles, que encontramos Ibn Abī Uṣaybi‘a, segue com absoluta precisão a canónica ordenação tetralógica tradicionalmente atribuída a Trasiló. Outra, transmitida por Ibn al-Nadīm, parece ter sido inspirada no *Pinax* de Téon de Esmirna. Finalmente, temos a proposta por al-Fārābī no tratado *Filosofia*

---

3 Sigo a primeira edição de Westerink (1962).

de Platão<sup>4</sup>, que apresenta uma insólita progressão teórico-metodológica, cuja fundamentação o autor, infelizmente, não explicita. Muito resumidamente, a exposição consiste numa espécie de simulação diacrónica da heurística platónica, isto é, do modo como Platão foi investigando os principais problemas filosóficos, um após o outro, numa sequência aparentemente cronológica<sup>5</sup>.

## 1.2. ORDEM DE COMPOSIÇÃO E ORDEM DRAMÁTICA

Ao contrário da tendência antiga em privilegiar as perspectivas pedagógica e teórico-metafísica, as ordenações modernas da obra platónica, cujas raízes remontam à emancipação epistemológica da filologia (do final do séc. XVIII em diante), privilegiaram as outras duas (a de composição e a dramática). Ambas têm em comum o critério da datação.

Uma, a que podemos chamar datação relativa, visa determinar a data de composição de cada diálogo ‘em relação’ a um ponto de referência ‘absoluto’ (determinado a partir de evidências externas), a saber, que as *Leis* foi o último diálogo a ser escrito. A datação dos outros diálogos é, então, aferida através de um método estilométrico: quanto mais estilisticamente parecido com as *Leis* um determinado diálogo for, mais tardio ele será; e, por conseguinte, quanto menos parecido com as *Leis*, mais antigo.

A outra categoria, a de datação dramática, ao invés de tentar aferir as datas de composição, diz respeito (1) às possíveis conexões entre um determinado diálogo e um evento da história ateniense (por exemplo, a *Apologia de Sócrates* dirá respeito ao ano 399, quando Sócrates foi condenado); ou, se aplicado à globalidade do *corpus*, enquanto categoria de ordenação

---

4 O tratado está acessível em tradução inglesa (Mahdi, 1962) e francesa (Sedeyn & Lévy, 2002).

5 O texto começa dizendo que Platão investigou primeiro o modo como o homem pode atingir a perfeição, que em seguida investigou a obtenção da felicidade, o conhecimento etc. Todo o texto está estruturado nesta lógica argumentativa. Não é claro, todavia, se a sucessão apresentada por al-Fārābī acerca dos problemas que Platão foi investigando diz respeito (1) às fases da vida em que possivelmente lhe tivessem ocorrido ou (2) a uma certa ordem de leitura dos *Diálogos*.

cronológica, (2) este método de datação pretende reconstituir uma ordem de leitura latente nos próprios diálogos a partir de critérios dramáticos. Neste caso, essa ordem não depende de uma cronologia, mas sim de uma determinada estrutura metanarrativa, induzida de uma leitura global do *corpus*, que permita unificar os diálogos a partir de um determinado critério (a vida de Sócrates, a chamada ‘Teoria das Ideias/Formas’ etc.), independentemente da data em que os textos foram compostos.

Em todo o caso, as duas categorias não se excluem; antes se complementam. Por um lado, as primeiras tentativas de traçar a cronologia pelas datas de composição utilizavam maioritariamente dados implicados na estrutura dramática. Por outro lado, as propostas de cronologia pela datação dramática que mais aceitação colheram na comunidade científica são profundamente devedoras das principais conclusões do modelo de datação relativa. O cúmulo da complementaridade entre estas duas propostas de ordenação cronológica verifica-se na utilização de um procedimento de datação documental para fundamentar uma ‘dramatização’ do próprio modo como Platão pensava (ou foi pensando, segundo os evolucionistas) ao longo da sua vida. Além disso, a generalidade das propostas de ordenação cronológica (tanto as relativas, quanto as dramáticas) pressupõe o referido ‘consenso’ dos três grupos de diálogos.

Muito longe de tomar uma posição na acirrada disputa entre unitaristas e evolucionistas, ou em qualquer uma outra, o objetivo principal destas páginas é demonstrar que (1) a divisão do *corpus* em três grupos de diálogos e, por conseguinte, (2) a presunção de que eles reflectem as três ‘fases’ do pensamento de Platão (tenha ele ‘evoluído’ ou se mantido unívoco e coerente do ponto de vista teórico-doutrinário) não podem ser tomadas como um ‘imperativo metodológico’. Não o podem simplesmente porque não é possível determinar a cronologia de composição dos *Diálogos*, tendo em conta a ineficácia do único método utilizado para determinar as datas de composição dos *Diálogos*: o estilométrico. Ora, se (1) o método estilométrico seria o único mecanismo possível para determinar a cronologia de composição dos diálogos (e neste ponto todos os comentadores modernos concordam) e (2) essa cronologia é condição necessária para fixar a ordem de leitura que permita mapear as fases da biografia filosófica de Platão, então a ineficácia

da estilometria implica que (1) não existe outro mecanismo para determinar a cronologia e, por conseguinte, que (2) não é possível fixar aquela ordem de leitura.

No que respeita às ordens de leitura fundamentadas em critérios dramáticos, igualmente profícuas nos estudos platonistas modernos<sup>6</sup>, nenhuma delas pode, obviamente, ser tomada como ordem de leitura, pelo simples facto de, por definição, todas elas dependerem de uma leitura prévia. A circularidade é evidente.

Deste modo, o nosso objetivo pode ser reduzido e reconduzido à demonstração de que o método estilométrico não é aplicável aos *Diálogos*, tendo em conta as especificidades do texto platónico. Se for esse o caso, a clássica divisão dos diálogos em três grupos (e, por conseguinte, as três fases que lhes correspondem) não tem condições de se impor como imperativo metodológico.

No entanto, antes de enfrentarmos o problema da estilometria, convém abordar, ainda que superficialmente, algumas dificuldades acrescidas que parecem invalidar a hipótese de determinar as datas de composição de cada diálogo.

---

6 A galeria de ordenações pelo critério dramático é vasta e diversificada. Talvez a mais impactante, pela quantidade de adeptos que colheu, seja a de Gregory Vlastos (cujas teses foram sendo divulgadas em artigos isolados (1983; 1988) e posteriormente coligidas no livro (1991) *Socrates: Ironist and Moral Philosopher*), que propõe uma ordem de leitura a partir da evolução da personagem Sócrates (que Vlastos, todavia, identifica com o Sócrates histórico): inicialmente um filósofo moral (segundo Vlastos, o autor material dos diálogos chamados 'socráticos'); depois um metafísico, porquanto criador da chamada 'Teoria das Ideias'. A principal e mais pertinente crítica à ousada (e, quanto mim, indefensável) tese de Vlastos deveu-se a Charles Kahn (originalmente formulada em alguns artigos (1981; 1986; 1988), e, mais tarde, consolidada no famoso livro (1996) *Plato and the Socratic Dialogue*). A proposta de Kahn é que a República consiste no núcleo central da filosofia platónica, de tal forma que todos os outros diálogos podem ser reconduzidos à 'obra-prima' (1996, 48: Perhaps the better metaphor will be spatial rather than temporal: instead of before and after, we can speak of exoteric and esoteric, of relative distance from the center as defined by the *Republic*).



## 2. OBSTÁCULOS À DETERMINAÇÃO DAS DATAS DE COMPOSIÇÃO

Poderíamos elencar uma vasta lista de problemas hermenêuticos decorrentes das várias singularidades formais do texto platônico que o tornam um caso especial mesmo entre os autores antigos. Tal explicação, por mais humilde que fosse, excederia em muito o limite destas páginas, pelo que me limitarei a referir dois problemas fundamentais. Um, externo, tem que ver com o contexto histórico em que os *Diálogos* foram compostos, particularmente com o relativo ‘anarquismo editorial’ que definia esse período. O outro, interno, decorre do próprio registo literário que Platão utilizou para os compor.

### 2.1 CONDIÇÕES EDITORIAIS DA ÉPOCA

Em primeiro lugar, tenhamos em conta o relativo ‘anarquismo editorial’ que definia a Atenas de Platão, o qual se deve ao facto de essa época coincidir, do ponto de vista civilizacional, com a transição de uma matriz cultural radicalmente oral para outra em que a escrita vai progressivamente ganhando mais preponderância (vide Havelock, 1981, 3-38; Reynolds & Wilson, 1991, 1-5). Neste contexto histórico, a transmissão dos saberes continuava assente na oralidade, mas começava cada vez mais a incluir o documento escrito como suporte complementar – em certa medida, os *Diálogos* são prova disso, visto que constituem registos (escritos) de conversas (orais).

Por um lado, várias fontes relativamente contemporâneas a Platão testemunham a existência de documentos escritos que, com as devidas ressalvas, podem ser equiparáveis a ‘livros’, pelo menos do ponto de vista de uma pragmática sociológica. Já num vaso de c. 485 a.C. (mais de 50 anos antes de Platão ter nascido) se encontra a representação de uma escola em que os alunos estudam as primeiras letras com o apoio de rolos de papiro (ARV<sup>2</sup> 431.48) – e, como é sabido, a iconografia dos vasos gregos tende a representar cenas da vida quotidiana. Mais tarde, mas não muito

(teria Platão pouco menos ou mais de 20 anos de idade), nas *Rãs* de Aristófanes, aparece uma personagem (Dioniso) a ‘ler’ (52: ἀναγιγνώσκω) a *Andrómeda* de Eurípides durante uma viagem de navio. É até provável que comediógrafos relativamente contemporâneos tenham usado o termo βιβλιοπώλης (‘vendedor de livros’)<sup>7</sup>; ou seja, estaria começando naquela época algo como um ‘mercado editorial’. O próprio Platão faz uma breve referência a esta crescente novidade quando, na *Apologia* (26d-e), coloca Sócrates dizendo que os ‘livros’ (βιβλία) de Anaxágoras estavam à venda apenas por uma dracma<sup>8</sup>. Essa ideia é reforçada pelo testemunho de Xenofonte. Na *Anábase* (7.5.14.2-3) refere que nos frequentes naufrágios de navios mercantes gregos perto da Pérsia eram perdidos muitos livros (πολλὰ βίβλοι) destinados a serem comercializados nesses territórios, o que sugere que tal mercado ultrapassava até os limites do mundo grego. Nos *Memoráveis*, quando reporta uma conversa entre Sócrates e Eutidemo (4.2.8-sqq.), a propósito da possibilidade de um ‘literato’ ser *ipso facto* um bom governante, adianta informações assaz úteis ao nosso caso, tendo essa conversa existido ou não: Eutidemo surge representado como um colecionador compulsivo de vários escritos (πολλὰ γράμματα) de homens sábios (4.2.8); pelas respostas de Sócrates (4.2.10), estariam até disponíveis colectâneas de tratados médicos (πολλὰ γὰρ καὶ ἰατρῶν ἔστι συγγράμματα) e a obra completa de Homero (τὰ Ὅμηρου πάντα).

Por outro lado, todavia, além do facto de a maioria dos documentos escritos depender de uma *performance* oral, de tal forma que os seus destinatários seriam mais ‘ouvintes’ do que propriamente ‘leitores’<sup>9</sup>, a

---

7 ‘Provável’, porque os fragmentos dos autores em causa (Aristomen. fr. 9.1 Kock; Eup. fr. 327 Kassel-Austin; Nicopho. fr. 19.4 Kock; Theopomp. Com. fr. 77 Kock) resultam, de facto, de citações indirectas posteriores. Além disso, (1) o termo βιβλιοπώλης começa a ser utilizado somente por autores bem mais tardios (Str. 13.1.54.35; D.Chr. 21.12.3; D.L. 3.2, 7.1-2; Gal. *De loc. aff.* 8.148.14; Poll. 7.211.2; Ath. 3.100.52, Epit. 2.1.31.8) e (2) aqueles fragmentos derivam justamente desses autores.

8 Ainda que seja muito difícil aferir exactamente a conversão monetária, sabemos por Aristófanes (*V.* 788) que um juiz ganharia meia-dracma por dia; logo não seria uma soma tão avultada.

9 Veja-se sobretudo os exemplos dos próprios Diálogos, que, embora não possam ser considerados documentos estritamente históricos, dão conta de costumes ou tendências gerais que poderemos considerar plausíveis. No *Fédon* (97b-c), Sócrates diz ter ‘escutado’ as doutrinas de Anaxágoras numa espécie de leitura pública do seu livro (ἀκούσας μὲν ποτε ἐκ βιβλίου τινός). No *Fédro* (230e-234c), o discurso de Lísias é lido em voz alta por Fédro. A

divulgação de um ‘livro’ não obedecia a qualquer tipo de política editorial. Não existia um conjunto de princípios que regulamentasse a produção ou a distribuição, de tal forma que circulavam, ao mesmo tempo, várias versões diferentes do mesmo ‘livro’, sem que nenhuma delas pudesse ser considerada a oficial; além de que, como é evidente, também nenhuma delas indicava a data. O caso de Platão segue claramente esta tendência geral. A partir do cotejo das fontes, podemos facilmente concluir que durante muitos anos circularam diferentes versões de vários diálogos (vide Alline, 1915, 65-84; Pasquali, 1952, 254-258), sem que nenhuma delas fosse considerada definitiva – veja-se o conhecido caso da *República*, que seguramente terá circulado em versões parciais (vide Nails, 2002, 324-sqq.). No que respeita à possibilidade de uma ‘edição autorizada’, é altamente provável que tenha já sido divulgada postumamente, havendo fortes indícios, todavia, de que tenha sido de facto ‘autorizada’ por Platão. A hipótese mais plausível<sup>10</sup> é que a edição completa e oficial dos diálogos foi produzida na Academia, mas as opiniões divergem quanto à época exacta: alguns autores defendem que foi produzida logo por Xenócrates (Alline, 1915, 45-46; Philip, 1970, 307), mas outros propõem que isso tenha ocorrido mais tarde, na época de Arcesilau (Bickel, 1944: 122-123, 129-131, 157; Pfeiffer, 1968: 65-66). Seja como for, todos os autores parecem concordar que as versões definitivas dos *Diálogos* só foram divulgadas depois da morte do seu autor.

Ora, mesmo sendo certo que naquela época já circulavam documentos que poderemos, com as devidas reservas, equiparar a livros (ainda que na sua grande maioria utilizados como suporte de uma *performance* oral), não é menos certo que o referido ‘anarquismo editorial’ torna anacrónico o conceito de data de composição, justamente pelo facto de este pressupor que a data em que um determinado documento foi divulgado pela primeira vez corresponde à data da sua conclusão enquanto texto, isto é, à data da

---

trilogia *Teeteto-Sofista-Político*, se levarmos a sério (1) a explícita conexão narrativa e dramática entre os três diálogos e (2) as implicações metanarrativas decorrentes do prólogo do primeiro, é um livro redigido por Euclides (*Tbt.* 143b5: βιβλίον, ὃ Τερψίων, τούτ᾽ ἐγραψάμην), mas lido por um escravo para Euclides e Tέρpsion (*Tbt.* 143c).

<sup>10</sup> Alguns autores (e.g. Jachmann, 1942) defendem a existência de uma edição alexandrina. Mesmo que tivesse existido, não invalidaria a edição académica, a qual é amplamente documentada pelas fontes.

sua publicação. A liquidez que os conceitos de ‘composição’ e ‘publicação’ acarretam, se aplicados ao *corpus Platonium*, lança sérias suspeitas sobre a possibilidade de definir uma cronologia minimamente estanque; a não ser que nos limitemos a considerar todos os *Diálogos* póstumos, tendo em conta os parâmetros e critérios editoriais modernos.

## 2.2 ANISTORICIDADE DOS *DIÁLOGOS*

O universo dramático em que os *Diálogos* decorrem representa *grosso modo* o período histórico compreendido entre o início da segunda metade do séc. V e o início da segunda metade do séc. IV. Quer tomemos as circunstâncias dramáticas de um determinado diálogo, quer os consideremos globalmente a partir de uma dada ordem de leitura, todos os eventos possivelmente históricos se situarão algures neste intervalo. O mais antigo será a suposta conversa entre o jovem Sócrates, Parménides e Zenão, que constitui o *Parménides*. O mais tardio, contido nas *Leis* (638b), refere a vitória dos Siracusanos sobre Lócride, cuja data se fixa em 356. No entanto, o cenário da maioria dos *Diálogos* situa-se num ponto intermédio entre esses dois extremos, quando Sócrates, já mais velho, conversava com atenienses mais jovens. A primeira estranheza é que, embora a maioria das personagens seja contemporânea de Platão (incluindo amigos próximos e até familiares), o autor não se inclui entre os interlocutores.

Não seria cabível nestas páginas abordar a questão da anonimidade (vide Edelstein, 1962; Plass, 1964; Press, 2000), dado que o propósito é apenas explicitar que os *Diálogos* não foram compostos com o comprometimento historiográfico necessário para serem considerados documentos históricos. A este respeito, limito-me a referir dois casos paradigmáticos de diálogos explicitamente anacrónicos, isto é, cujo enredo dramático e cenográfico remetem para várias datas igualmente plausíveis (e, obviamente, incompatíveis)<sup>11</sup>: *Górgias* e *República*.

---

11 A este propósito, vale a pena citar o diagnóstico de Nails (2002, 307): ‘Plato, the consummate philosopher, was not preoccupied with dramatic dates, so one rarely expects exactness; the dialogues are replete with anachronisms.’

O caso do *Górgias* foi exaustivamente analisado desde logo por Dodds (1959, 17-18), cujo veredicto se pode considerar ainda hoje indisputável (apud Nails, 2002, 326-327): a pluralidade de datas possíveis impede-nos de escolher uma, qualquer que ela fosse. Os dados internos que conduzem inevitavelmente ao anacronismo são os seguintes: Péricles tinha morrido há pouco tempo (503c) e a única estadia (atestada) de Górgias em Atenas foi em 427, logo a data estaria entre 429 e 427; Demo (um familiar de Platão) era amante de Cálicles (481d), o que permite aproximar o enredo de 422, ano em que Aristófanes (*V.* 97-99) refere a admirável beleza de Demo; Alcibíades tinha já sofrido um processo judicial (519a), o que aconteceu, primeiro, em 415 e, depois, em 407; Arquelaus tinha assumido o poder na Macedónia (470d), o que terá acontecido por volta de 413; já era conhecida a peça *Antíope* de Eurípedes (485e), cuja data de composição terá sido entre 411 e 408. É matematicamente impossível harmonizar todas estas possibilidades.

Quanto à *República*, que será o caso mais problemático de todo o *corpus*, nomeadamente pela (elevada) probabilidade de ter sido composta e divulgada em três épocas e partes diferentes, seriam necessárias várias páginas para esclarecer o assunto de modo minimamente claro. Limito-me, pois, a indicar as conclusões da competentíssima análise de Nails (2002, 324-326). Muito sucintamente, o anacronismo deve-se à incompatibilidade dos seguintes dados: se (1) Céfalos está ainda vivo, Sócrates encontra-se na meia-idade e Trasímaco é famoso em Atenas, a data será algures no último quartel do séc. V (421 é a mais aceite entre os comentadores); se (2) Gláucos e Adimantos participaram na Batalha de Mégara (368a), a data terá que ser posterior a 409.

### 3. CRONOLOGIA RELATIVA

As primeiras propostas de ordenação cronológica, surgidas a partir do final do séc. XVIII (Tennemann, 1792; Socher, 1820; Hermann, 1839; Raeder, 1905), resultaram de uma tendência metodológica que começava a generalizar-se: todos os problemas em Platão ocupavam um determinado lugar no

percurso evolutivo em que consistiu a sua actividade filosófica. Estes autores esforçaram-se, pois, em estabelecer uma cronologia definitiva através da qual pudessem mapear as etapas desse desenvolvimento, recorrendo ao cotejo de alguns elementos contextuais contidos nos diálogos com dados considerados históricos. Pressupondo que o *corpus* consiste numa narrativa de algum modo análoga à realidade histórica em que se inscreve, os diálogos poderiam ser ordenados de acordo com as datas e os episódios a que fazem referência.

Estas tentativas iniciais, mediante a ausência de critérios externos suficientes, estavam quase inteiramente dependentes dos dados implicados no enredo dramático. Por isso, tal método levantava muitas dificuldades, tendo em conta aquelas singularidades do texto platónico que referi nas páginas anteriores. A possibilidade de determinar as datas de composição a partir de elementos externos ao texto chegou, para grande entusiasmo da maioria dos platonistas modernos, com a estilometria, que continua a ser o método para determinar as datas de composição dos diálogos<sup>12</sup>.

### 3.1. A ESTILOMETRIA

Desde os seus inícios, no longínquo século XIX, aos nossos dias, os métodos estilométricos sofreram alterações consideráveis. Por exemplo, no último quartel do século XX, o desenvolvimento de sistemas informáticos cada vez mais complexos e robustos permitiu que a capacidade de processamento de dados atingisse níveis até então nunca imaginados.

Em todo o caso, apesar das inovações tecnológicas, todas as formas de estilometria têm um denominador comum: trata-se de um método de análise estatística. Consiste, pois, numa certa forma de levantamento, organização, análise e interpretação de dados de um determinado universo, a partir do qual serão isolados alguns subconjuntos (as amostras), de acordo com os

---

<sup>12</sup> Vale a pena citar Howland (1991, 205) a propósito da centralidade da estilometria: 'Other methods of drawing chronological distinctions, including literary criticism, philosophical considerations, and references to actual historical events, are of little or no use.' Para uma explicação minuciosa da irrelevância destes 'other methods', vide Thesleff (1982, 7-66).

parâmetros teóricos estabelecidos previamente. A validade formal da análise depende, portanto, da aplicação correcta das várias operações matemáticas implicadas no processo. No entanto, os resultados finais estão determinados pelos pressupostos e critérios estabelecidos antes da análise propriamente dita.

No caso particular da estilometria, o universo estatístico corresponde a um determinado *corpus* textual, enquanto que as amostras poderão variar entre parágrafos ou frases até simples palavras ou letras. O método consiste em determinar padrões de frequência e elementos discriminadores, que permitam traçar a identidade estilística do autor e, por conseguinte, isolar as várias fases do seu desenvolvimento.

O momento fundador da estilometria (aplicada a Platão) deve-se a uma edição do *Sofista* e do *Político* preparada por Campbell (1867). Um tanto acidentalmente, este autor intuiu que o estudo comparativo do estilo de escrita de Platão poderia ser determinante para a datação dos diálogos. Através da comparação de estruturas sintácticas e prosódicas, bem como a elevada percentagem de termos técnicos, concluiu que *Sofista*, *Político*, *Teeteto*, *Filebo* e *Leis* eram do mesmo período (tardios, no caso).

O primeiro trabalho inteiramente dedicado à fixação de uma cronologia estilométrica (e também aos critérios que a estruturam) deveu-se a Dittenberger (1881), cujo método consistiu em averiguar a frequência de partículas. Os resultados mostraram que o grupo de diálogos ditos 'tardios' apresentava uma frequência muito maior de articulações entre partículas do que os grupos 'anteriores', dando assim conta da tal 'evolução estilística'. O pressuposto era, pois, que o grau de complexidade sintáctica aumentava de forma linear e análoga ao desenvolvimento doutrinário. Vários autores alargaram a proposta de Dittenberger a outros tipos de material textual (construções sintácticas, ritmo da prosa etc.), mas todos eles seguiam o mesmo princípio geral: o estabelecimento de um padrão de complexificação estilística é o critério para determinar a ordem de composição dos *Diálogos*.

Um outro estudioso que merece especial destaque é W. Lutoslawski (especialista em lógica), cuja obra (1897) tinha a nada humilde pretensão de promover a estilometria à categoria de ciência exacta, como se de um ramo da matemática aplicada se tratasse. Em todo o caso, o seu trabalho

viria a ser determinante para as gerações de estilométricos posteriores. Em primeiro lugar, coligiu todas as propostas produzidas até então, de cuja análise e crítica comparativas retirou um ‘consenso’ mínimo, isto é, uma conclusão partilhada pela maior parte dos autores mais reconhecidos<sup>13</sup>: *Sofista*, *Político*, *Filebo*, *Timeu*, *Crítias* e *Leis* constituem, de facto, o último grupo cronológico. Em seguida fez um levantamento das características linguísticas próprias deste conjunto de diálogos, as quais seriam posteriormente utilizadas como critérios de padronização, isto é, os elementos discriminadores. Chegou a um total de 500 critérios<sup>14</sup>.

As investigações de Lutoslawski foram verdadeiramente revolucionárias, na medida em que conferiram à estilometria um estatuto metodológico praticamente indisputado durante gerações de platonistas. Ao mesmo tempo, confirmavam também as primeiras intuições de Campbell, bem como validavam o método desenvolvido por Dittenberger. Todos os trabalhos produzidos nas décadas seguintes dependem inteiramente da obra destes três autores; e pode bem dizer-se que muito pouco lhe acrescentam, pois limitam-se a explorar outros tipos de material linguístico.

De acordo com os seguidores do método estilométrico, *Crítias*, *Filebo*, *Leis*, *Político*, *Sofista* e *Timeu* constituem o grupo dos diálogos ‘tardios’, isto é, aqueles que Platão escreveu por último. A posição dos restantes poderá, pois, ser aferida por comparação estilística com este grupo. Ora, tal optimismo é manifestamente injustificado. O que o método estilométrico demonstra com inegável clareza é que aqueles diálogos (1) têm bastantes particularidades estilísticas em comum e (2), se tomados em conjunto pela soma de tais particularidades, constituem uma amostra estilística *diferente* dos restantes diálogos do *corpus Platonicum*. A pretensão de que tal diferença tenha implicações cronológicas é, como veremos, insustentável, tendo em conta um conjunto de limitações que o método estilométrico não consegue superar, quando aplicado a Platão.

---

13 Campbell (1867); Dittenberger (1881); Schantz (1886).

14 Na verdade, o método tinha sido criado por Ritter (1888), mas este tinha conseguido estabelecer apenas 45 critérios. Para a explicação detalhada das 500 características e respectivos critérios de selecção, vide Lutoslawski (1897, 76-123).



### 3.2 LIMITAÇÕES DO MÉTODO ESTILOMÉTRICO SE APLICADO A PLATÃO

#### 3.2.1 Impossibilidade de definir uma data de composição absoluta

O primeiro problema diz respeito ao estabelecimento de datas absolutas, isto é, os marcos em função dos quais se determinam as datas relativas. Convém lembrar que o método estilométrico, como qualquer tipo de análise estatística, exige um ponto de referência em relação ao qual se calculam as variações e, por conseguinte, o padrão dessas mesmas variações.

A natureza singular do texto platónico e as condições de edição/publicação vigentes na sua época, como vimos anteriormente, não permitem o estabelecimento de um referente cronológico interno. Não existe em nenhum diálogo qualquer tipo de referência que indique expressamente a sua data de composição.

A única alternativa será, pois, recorrer às evidências externas: factos históricos e testemunhos das fontes antigas. No primeiro caso, além da notória escassez de material, levanta-se um problema fundamental que invalida por completo o recurso a este tipo de dados. Eles são irrelevantes para a determinação de uma cronologia relativa, visto que apenas provam que Platão escreveu um determinado diálogo *depois* de uma determinada data, mas não permitem inferir quando terá sido exactamente. No segundo caso, não só os dados são igualmente escassos, como também contraditórios, na medida em que as mesmas fontes que, por exemplo, colocam as *Leis* como último diálogo afirmam que não foram redigidas por Platão.

Como vimos, um dos pressupostos mais fundamentais de toda e qualquer proposta cronológica (e, por conseguinte, do próprio método estilométrico) é atribuir às *Leis* o rótulo 'absoluto' de último diálogo. É um dado geralmente considerado indisputável, ainda que uma ligeira dose de rigor filológico aconselhe a um pouco mais de contenção.

A única fonte suficientemente próxima de Platão a sugerir esse dado é uma breve linha da *Política* de Aristóteles<sup>15</sup>. Está em causa um conjunto de

---

15 *Pol.* II 6, 1264b26-27. O autor anónimo dos já citados *Prolegómenos à Filosofia Platónica* (24.11-15) e Diógenes Laércio (3.37), muitos séculos mais tarde, limitam-se a repetir a mesma ideia, acrescentando este último que o texto das *Leis* é póstumo e a sua edição ficou a dever-se ao discípulo Filipe de Opunte.

objecções gerais que este levanta em relação à *República*, as quais, segundo a sua análise, podem aplicar-se também às *Leis*. No decurso dessa longa crítica refere pontualmente que este diálogo foi escrito *depois* (ὕστερον<sup>16</sup>) da *República*, mas em parte alguma refere que seja o último. Se Aristóteles tivesse usado o superlativo (ὑστάτων), o pressuposto seria defensável, ainda que longe de indisputável pelo facto de este ser o único testemunho disponível. Mas a passagem apenas sugere que as *Leis* são *posteriores* à *República*, o que está muito longe de implicar que tenham sido o último diálogo a ser escrito.

Resta ainda esclarecer uma contradição que a datação absoluta das *Leis* incorpora, quando ao testemunho de Aristóteles são acrescentados outros mais tardios que parecem corroborá-lo. O mais famoso e utilizado é o de Diógenes Laércio (3.37)<sup>17</sup>, segundo o qual o texto das *Leis* não só foi o último a ser redigido, como também nunca chegou a ser publicado durante a vida de Platão. A edição final teria ficado a cargo do discípulo Filipe de Opunte, que *passou* (μετέγραψεν) o conteúdo das tabuinhas de cera originais para a versão a publicar em rolos de papiro. Não é claro qual o grau da intervenção deste discípulo na produção do documento final e a ambiguidade μεταγράφω (pode significar ‘copiar’, mas também ‘reescrever’) torna o caso ainda mais difícil de esclarecer. No entanto, como bem nota Brisson (1999, 418 n. 2), é difícil sequer imaginar a quantidade de tabuinhas de cera que seriam necessárias para incluir todo o texto das *Leis*, pelo que a versão que hoje conhecemos deste diálogo terá tido necessariamente um contributo considerável de Filipe de Opunte.

Se o critério fosse teórico-doutrinário, uma interpretação mais optimista poderia pressupor que o escrupuloso discípulo se teria esforçado ao máximo por conservar os ensinamentos do mestre. Mas, no caso da estilometria, estão em causa *apenas* os aspectos formais do texto (ritmo de prosa, tendências morfo-sintácticas, frequência de hiatos etc.), que supostamente

16 Vale a pena citar a frase completa no original: Σχεδὸν δὲ παραπλησίως καὶ τὰ περὶ τοὺς Νόμους ἔχει τοὺς ὕστερον γραφέντας, διὸ καὶ περὶ τῆς ἐνταῦθα πολιτείας ἐπισκέψασθαι μικρὰ βέλτιον (*Pol.* II 6, 1264b26-27).

17 Convém referir que este testemunho de Diógenes Laércio é usado por muitos autores como evidência de que as *Leis* são o último diálogo a ter sido escrito (e.g. Lutoslawski, 1897, 472; Taylor, 1926, 17-18; Ross, 1951, 1; Guthrie, 1975, 49).

reflectem a identidade estilística de quem de facto escreve. Assim sendo, é mais provável que o estilo de escrita das *Leis* seja o de Filipe de Opunte e não o do Platão ‘tardio’, o que torna este diálogo o menos aconselhável de todos para estabelecer um padrão.

### 3.2.2. A ESTILOMETRIA NÃO CONSIDERA A POSSIBILIDADE DE PLATÃO TER REVISTO OS TEXTOS

A segunda limitação da estilometria tem que ver com a sua incapacidade de determinar (e, por conseguinte, incluir na análise) as alterações e revisões que, como atestam as mesmas fontes, Platão provavelmente terá feito à globalidade da sua obra. Nesta medida, o estabelecimento de uma ordem cronológica teria que considerar duas datas diferentes: a da composição inicial e a da edição final.

É evidente que não existe nenhum método que nos permita saber quais nem quantas foram essas alterações, muito menos quando elas tiveram lugar exactamente. Por isso, a abordagem estilométrica apenas pode considerar a versão definitiva de cada diálogo, cuja data será necessariamente posterior à data da sua composição original. Mais que isso até: se Platão foi revendo a globalidade da sua obra até uma idade avançada, todos os diálogos serão igualmente ‘tardios’, visto que foram terminados no final da vida do autor.

### 3.2.3. A ESTILOMETRIA PRESSUPÕE QUE NÃO HÁ VARIAÇÕES ESTILÍSTICAS INTENCIONAIS

O terceiro problema tem que ver com o facto de o método estilométrico pressupor que não existem variações estilísticas intencionais. Pelo facto de o texto de Platão estar sempre dependente de um determinado contexto dramático, é altamente provável que determinadas variações estilísticas se devam às correspondentes variações contextuais.

O exemplo mais paradigmático deste problema é-nos dado por um dos estilométricos mais inovadores, pelo facto de ter recorrido aos modernos

computadores para a análise estilísticas: Ledger (1989). De modo a contornar os problemas que, na época, iam sendo apontados à estilometria (nomeadamente a circularidade causada pela pressuposição arbitrária de um desenvolvimento estilístico linear), decidi incluir na análise textos de outros autores contemporâneos de Platão para servir de contraprova. No entanto, em alguns dos casos, o efeito foi contrário: o discurso atribuído a Lísias no *Fedro* é, segundo o computador, da autoria de Isócrates e não de Platão (1989, 117)<sup>18</sup>. A explicação parece-nos bastante simples, tendo em conta a constante tendência do texto de Platão para sintonizar o estilo de escrita com os restantes elementos *contextuais*. Visto que um dos propósitos do *Fedro* consiste em discutir a retórica e que esta passagem é, no âmbito do tecido dramático, ‘atribuída’ a Lísias, é natural que tenha bastantes semelhanças com Isócrates. Isto sugere, a meu ver, que o génio literário de Platão era tal, que, quando escrevia como um orador, o texto resultante, pelo menos do ponto de vista estilístico, era facilmente confundível com o dos grandes oradores.

## CONCLUSÕES

Terminada a exposição e revisão historiográfica da ordenação cronológica, resta-nos agora ensaiar uma síntese global das conclusões passíveis de serem retiradas.

1. Em virtude das especificidades literárias do texto platónico e das condições editoriais da época, não é possível determinar objetivamente as datas de composição original dos *Diálogos* nem tampouco as datas das suas versões finais.
2. As abordagens cronológicas anteriores ao método estilométrico não dispunham de dados suficientes nem minimamente fidedignos, sobretudo

---

18 Além desta, a mais importante, notamos também outras estranhezas estilísticas sugeridas pelo computador: das oito amostras seleccionadas do Livro I da *República*, três são atribuídas a Xenofonte (1989, 109); as amostras do *Económico* e dos *Memoráveis* (ambos reconhecidamente de Xenofonte) têm mais semelhanças estilísticas com o *Protágoras* e o *Fedro*, respectivamente, do que entre si mesmas (1989, 160).

- porque careciam de um critério de validação externo ao enredo dramático dos diálogos.
3. Quanto à estilometria, as três limitações que apontámos (sobretudo a primeira) serão mais que suficientes para reconhecer a incapacidade deste método em definir um modelo cronológico relativo minimamente estável. Não existindo nenhum outro, o estabelecimento de uma cronologia de composição torna-se impossível.
  4. Todas as propostas de ordenação (cronológica, dramática, pedagógica ou temática) já são fruto de uma interpretação dos *Diálogos*. Por isso, colocar qualquer uma delas como condição prévia de leitura implicaria um óbvio problema de circularidade. Além disso, dada a pluralidade de propostas de ordenação e a ausência de um critério objectivo, a escolha de qualquer uma em detrimento de qualquer outra acarretaria também uma elevada dose de arbitrariedade.
  5. Por conseguinte, o tradicional *consenso* (isto é, a divisão do *corpus* em três grupos de diálogos) obedece a um critério de validação meramente intersubjectivo, pois se resume a uma convenção partilhada entre uma dada maioria de académicos. No limite, tal *consenso* assenta num argumento de autoridade, porquanto depende da posição de privilégio político dessa maioria.

#### BIBLIOGRAFIA

- Alline, H. (1915). *Histoire du texte de Platon*. Paris: Champion.
- Bickel, E. (1944). Geschichte und Recensio des Platontextes. *Rheinisches Museum für Philologie*, 92, 97-159.
- Brandwood, L. (1990). *The Chronology of Plato's Dialogues*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brisson, L. (1999). Livre III. In AA.VV., *Diogène Laërce. Vies et Doctrines des Philosophes Illustres* (371-464). Paris: Librairie Générale Française.
- Campbell, L. (1867). *The Sophistes and Politicus of Plato*. Oxford: Clarendon Press.
- Cornford, F. (1907). *Thucydides Mythistoricus*. London: Edward Arnold.
- Dittenberger, W. (1881). Sprachliche Kriterien für die Chronologie der platonischen Dialoge. *Hermes*, 16, 321-345.
- Dodds, E. R. (1959). *Plato's Gorgias*. Oxford: Clarendon Press.
- Edelstein, L. (1962). Platonic Anonymity. *The American Journal of Philology*, 83.1, 1-22.
- Goransson, T. (1995). *Albinus, Alcinous, Arius Didymus*. Göteborg: Acta Universitatis Gothoburgensis.

- Griswold, C. (1999). *E Pluribus Unum? On the Platonic Corpus*. *Ancient Philosophy*, 19, 361-397.
- \_\_\_\_\_ (1990). Unifying Plato: Charles Kahn on Platonic Prolepsis. *Ancient Philosophy*, 10, 243-262.
- Guthrie, W. K. C. (1976). *A History of Greek Philosophy. Vol. V. The Later Plato and the Academy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1975). *A History of Greek Philosophy. Vol. IV. Plato. The Man and His Dialogues: Earlier Period*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gutas, D. (2012). Platon – Tradition Arabe. In R. Goulet (ed.), *Dictionnaire des Philosophes Antiques. Va – de Paccius à Plotin (845-863)*. Paris: CNRS Éditions.
- Havelock, E. (1981). *The Literate Revolution in Greece and its Cultural Consequences*. Princeton: Princeton University Press.
- Hermann, K. F. (1839). *Geschichte und System der Platonischen Philosophie*. Heidelberg: C.F. Winter, vol. I.
- Howland, J. (1991). Re-Reading Plato: The Problem of Platonic Chronology. *Phoenix*, 45,3, 189-214.
- Irwin, T. (2008). The Platonic *Corpus*. In G. Fine (ed.), *The Oxford Handbook of Plato (63-87)*. Oxford: Oxford University Press.
- Jachmann, G. (1942). *Der platonext*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- Kahn, C. (1996). *Plato and the Socratic Dialogue. The Philosophical Use of a Literary Form*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1988). On the Relative Date of the *Gorgias* and the *Protagoras*. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 6, 69-102.
- \_\_\_\_\_ (1986). Plato's Methodology in the *Laches*. *Revue Internationale de Philosophie*, 40, 7-21.
- \_\_\_\_\_ (1981). Did Plato Write Socratic Dialogues?. *Classical Quarterly*, 31.2, 305-320.
- Ledger, G. R. (1989). *Re-counting Plato. A Computer Analysis of Plato's Style*. Oxford: Clarendon Press.
- Lopes, R. (2013). A organização tetralógica do *corpus Platonicum* (3.56-62): uma revisão do problema. In D. Leão, G. Cornelli & M. C. Peixoto (eds.), *Dos homens e suas ideias. Estudos sobre as Vidas de Diógenes Laércio (125-138)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lutoslawski, W. (1897). *The Origin and Growth of Plato's Logic, with an Account of Plato's Style and of the Chronology of his Writings*. London/New York/Bombay: Longmans, Green & Co.
- Mahdi, M. (1962) (trad.). *Alfarabi's Philosophy of Plato and Aristotle*. New York: The Free Press of Glencoe.
- Mansfeld, J. (1994). *Prolegomena: questions to be settled before the study of an author, or a text*. Leiden/New York/Köln: Brill (Philosophia Antiqua, Vol. 61).
- Nails, D. (2003). Recensão: G. R. Ledger, *Re-counting Plato: A Computer Analysis of Plato's Style*. Oxford: Clarendon Press, 1989. Pp. xiv + 254. ISBN 0-19-814681-7; Holger Thesleff, *Studies in Platonic Chronology*. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica, 1982. Pp. vii + 275. ISBN 951-653-108-3. *Bryn Maur Classical Review*. 17/04/2003. <http://bmcr.brynmawr.edu/1992/03.04.17.html>
- \_\_\_\_\_ (2002). *The People of Plato. A Prosopography of Plato and other Socratics*. Indianapolis/Cambridge: Hackett.
- Pasquali, G. (1952). *Storia della tradizione e critica del testo*. Firenze: F. Le Monnier.
- Pfeiffer, R. (1968). *History and Classical Scholarship from the Beginnings to the End of the Hellenistic Age*. Oxford: Clarendon Press.
- Philip, J. A. (1970). The Platonic Corpus. *Phoenix*, 24.4, 296-308.

- Plass, P. (1964). Philosophic Anonymity and Irony in the Platonic Dialogues. *The American Journal of Philology*, 85.3, 254-278.
- Poster, C. (1998). The Idea(s) of Order of Platonic Dialogues and Their Hermeneutic Consequences. *Phoenix*, 52, 282-298.
- Press, G. (2007). Plato. *A Guide for the Perplexed*. London/New York: Continuum.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Who Speaks for Plato? Studies in Platonic Anonymity*. Lanham/Boulder/New York/Oxford: Rowman & Littlefield.
- \_\_\_\_\_ (1996). The State of the Question in the Study of Plato. In AA.VV. *Plato: Critical Assessments* (vol. I, 309-332). New York: Routledge (repr. de *Southern Journal of Philosophy*, 34, 507-532).
- Raeder, H. (1905). *Platons philosophische entwicklung*. Leipzig: Teubner.
- Reynolds, L. D. & Wilson, N. G. (1991). *Scribes and scholars. A guide to the transmission of greek and latin literature*. Oxford: Oxford University Press.
- Ritter, C. (1888). *Untersuchungen über platon: die echtheit und chronologie der platonischen schriften*. Stuttgart: Kohlhammer.
- Ross, D. (1951). *Plato's Theory of Ideas*. Oxford: Clarendon Press.
- Rowe, C. (2006). Interpreting Plato. In H. Benson (ed.). *A Companion to Plato* (13-24). Malden/Oxford/Carlton: Blackwell.
- Santos, J. T. (2008). *Para ler Platão. I: A ontoepistemologia dos diálogos socráticos*. São Paulo: Loyola.
- Schantz, M. (1886). Zur Entwicklung des platonischen Stils. *Hermes*, 21, 439-459.
- Sedeyn, O. & Lévy, N. (2002) (trads.). *Al-Fârâbî. La Philosophie de Platon, ses parties, l'ordre de ses parties, du commencement jusqu' à la fin*. Paris: Allia.
- Socher, J. (1820). *Über Platons Schriften*. Leipzig: I.J. Lentner.
- Tarrant, H. (1993). *Thrasyllan Platonism*. Ithaca/London: Cornell University Press.
- Taylor, A. E. (1926). *Plato. The Man and His Work*. London: Methuen & Co. Ltd.
- Tennemann, W. G. (1792). *System der platonischen Philosophie*. Leipzig: Barth, vol. I.
- Thesleff, H. (1982). *Studies in Platonic Chronology*. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica.
- Vlastos, G. (1991). *Socrates: Ironist and Moral Philosopher*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1988). *Elenchus and Mathematics: A Turning-Point in Plato's Philosophical Development*. *American Journal of Philology*, 109.3, 362-396.
- \_\_\_\_\_ (1983). The Historical Socrates and Athenian Democracy. *Political Theory*, 11.4, 495-516.
- Westerink L. G. (1962). *Anonymous Prolegomena to Platonic Philosophy*. Amsterdam: North-Holland Publishing.